

EDUCAÇÃO INFANTIL E INCLUSÃO: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA PANDEMIA DA COVID-19

Maria Milena Pontes ¹
Amanda Belarmino Cavalcante ²
Mariana Amorim de Arruda Silva ³

RESUMO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço que tem por objetivo auxiliar o desenvolvimento de crianças que apresentem algum tipo de deficiência, assim, é importante refletir como essa prática está acontecendo no cenário atual da pandemia e como ele reflete na realidade das crianças que necessitam desse apoio. Nesse sentido o presente trabalho tem por intuito, analisar qual o papel do professor do atendimento Educacional Especializado na promoção da inclusão diante do contexto da covid-19, no município de Garanhuns, com um recorte para a educação infantil. Assim, tomamos como referência para nortear nossos estudos, a Constituição Federal de 1988, como também a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência, ou LBI, além de refletimos com base nas pesquisas de Mantoan (2001), (2015) e Carvalho (2005). Como percurso metodológico, realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, na qual podemos perceber que alguns problemas associados a pesquisa tinham base histórica. Ademais realizamos uma reunião com as responsáveis pelo atendimento na cidade, para ampliar nossa pesquisa e em seguida, encaminhamos um formulário para as professoras que prestavam o atendimento na educação infantil, logo, identificamos a existência tanto de espaços como de profissionais que buscavam garantir a prestação de serviços a essas crianças. Dessa forma, percebemos que, apesar da pandemia, existe uma mobilização para garantir a oferta desse atendimento aos sujeitos que dele precisam, buscando novas formas de atendê-los, considerando a realidade vivenciada.

Palavras-chave: Educação Infantil, Inclusão, AEE, Covid-19.

INTRODUÇÃO

O Atendimento Educacional Especializado é um serviço que tem por finalidade auxiliar a inclusão dos alunos com deficiência ou com transtornos globais do desenvolvimento, através de ações que visem à diminuição das barreiras ocasionadas pela alteridade, nesse sentido, o AEE pretende garantir o atendimento as especificidades

¹Aluna do curso Licenciatura em Pedagogia da Universidade de Pernambuco-UPE, pontesmilena97@gmail.com;

² Aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade de Pernambuco - UPE, amanda.belarmino@upe.br;

³ Pedagoga – UPE; Pesquisadora do Grupo A Cultura da Infância nas Políticas e Práticas Pedagógicas da Educação Infantil/UPE; mariamorim56@gmail.com

de cada estudante para, assim, assegurar o pleno desenvolvimento de cada um, traçando as estratégias que melhor se adequem as realidades de cada indivíduo.

Nesse sentido é importante ressaltar que o profissional responsável por prestar esse atendimento deve propor diversas atividades levando em consideração o tipo de deficiência. Nessa perspectiva, ressaltamos que apesar da evolução com relação ao tipo de serviço, ainda persistem algumas dificuldades diante das realidades de cada contexto. Assim a presente pesquisa busca compreender como o professor do atendimento educacional especializado tem auxiliado na promoção da inclusão de crianças pequenas no contexto da pandemia do covid-19 no município de Garanhuns? Considerando que essa temática é bastante atual, devido ao novo formato de ensino que se tem adotado para lidar com a aprendizagem, faz-se relevante refletir sobre as práticas do ensino remoto e como elas afetam na aprendizagem dos estudantes que precisam desse atendimento, pois sabemos que existem muitas barreiras ligadas à falta de tecnologias, acesso à internet, recursos para trabalhar em casa e até mesmo colaboração dos pais, principalmente se tratando da educação infantil, quando a parceria dos pais diante do que é proposto é tão necessária.

Dessa forma, é possível notar que o presente estudo sobre a inclusão com o atendimento educacional especializado pode impactar direta ou indiretamente no desenvolvimento educacional desses estudantes e também na mediação dos profissionais que trabalham com eles, trazendo melhorias na aprendizagem e principalmente na prática da inclusão.

Nessa perspectiva, o objetivo principal da pesquisa é compreender o papel do profissional do atendimento educacional especializado na promoção da inclusão de crianças pequenas na escola regular dentro do contexto remoto provocado pela COVID-19, no município de Garanhuns/PE, tendo em vista limites e possibilidades que estes professores da rede pública compreendem como inclusão na educação infantil.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a referida pesquisa, trata de uma pesquisa qualitativa, na qual para atingir nosso propósito, inicialmente entramos em contato com a secretaria de educação de Garanhuns, para em seguida realizamos uma reunião online com as professoras encarregadas pela pasta de educação Especial para solicitar o encaminhamento de um formulário voltado para as professoras do AEE, que trabalhassem na educação infantil, onde descobrimos a existência de três professoras especializadas a prestar o atendimento, é importante destacar que esse formulário foi

feito de maneira online através do Google forms e continha no total 19 perguntas todas voltadas compreender como acontecia à inclusão nesse contexto.

Assim, com esse questionário podemos identificar que duas professoras prestavam o atendimento, visto que a terceira justificou a não participação de seu aluno nas atividades propostas por preferência dos próprios pais, também percebemos a presença de oito crianças com diagnósticos de: autismo e transtorno de déficit de atenção com hiperatividade. Ademais ao tratamos de como estava ocorrendo o atendimento no ensino remoto, percebemos que foram feitas algumas mudanças e adaptações na tentativa de tornar o trabalho possível, como, por exemplo, o uso de recursos tecnológicos, por fim também percebemos algumas dificuldades na prestação do atendimento, como no caso da falta de disponibilidade da família para ajudar na execução das atividades propostas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se refere a uma pesquisa de origem qualitativa, com uma abordagem voltada para o campo das ciências humanas, onde percebemos que os problemas com relação a essa temática estavam associados ao contexto histórico, como é ressaltado por Richardson (2008) quando compreendendo o está introduzido em um determinado contexto. Assim, a personalidade dos sujeitos da pesquisa está vinculada aos dados da pesquisa, associado ao Grupo de Pesquisa A Cultura da Infância nas Políticas e Práticas da Educação Infantil/ UPE.

Dessa forma, realizamos uma reunião virtual com a SEDUC – Garanhuns, com as professoras responsáveis pela pasta de Educação Especial, para manifestar nosso interesse em ampliar nossa pesquisa sobre o Atendimento Educacional Especializado no município. Logo depois, pedimos que nosso formulário fosse enviado para as professoras que trabalhassem com inclusão de crianças da Educação Infantil, assim identificamos três salas responsáveis por prestar esse tipo de atendimento na etapa da educação infantil, no entanto apenas duas eram ativas, pois uma delas não presta o atendimento devido à família optar por não fazer esse atendimento.

Nessa perspectiva, salientamos que as professoras que prestam esse serviço são efetivas no município. Ademais, os devidos questionamentos foram realizados por meio do formulário online (GOOGLE FORMS), que a princípio foi estruturado com base classificação do tipo de serviço prestado pelo sujeito e pela sua operação em tempos de

pandemia, ressaltamos que ao todo foram 19 questões, assim, destacamos que essa pesquisa e uma configuração de uma pesquisa maior.

REFERENCIAL TEÓRICO

A pauta da inclusão e da diversidade começa a ser cunhada no cenário mundial entre as décadas de 80 e 90, assim, é a partir da Constituição Federal de que diversos direitos foram conquistados, contemplando as diferenças e viabilizando a equidade de condições perante a lei. Dentre os direitos garantidos a educação para todos é pauta do artigo 205 até 208 temos assegurados igualdade de oportunidades referente ao acesso e permanência nas escolas, a garantia aos níveis de ensino de acordo com suas necessidades específicas e ainda os espaços especializados, como o AEE, para diminuição das barreiras existentes na sociedade segregacionista.

A conquista mais recente do campo é a lei 13.146/2015, ou, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), reforçando o que já estava posto na Carta Magna sobre acesso a educação, assim, no art. 1º é assegurado “em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Nos seus autos há diversos serviços garantidos para a educação, dentre eles: Atendimento Educacional Especializado (AEE), Profissional de Apoio, recursos de tecnologia assistiva e acessibilidade.

Diante do exposto, refletimos a respeito de alguns apontamentos referentes à nossa pesquisa tendo como base alguns autores que abordam a temática educação inclusiva tais como: Mantoan (2001), Carvalho (2005), dentre alguns outros. Conforme Mantoan (2001, p.4),

a inclusão se concilia com a educação para todos e com um ensino especializado no aluno, mas não se consegue implantar uma opção de inserção tão revolucionária sem enfrentar um desafio ainda maior: o que recai sobre o fator humano.

Nesse sentido, associando esse pensamento ao nosso interesse de pesquisa que está totalmente voltada para a compreensão da funcionalidade do ensino especializado no contexto da pandemia, é ressaltado que a disponibilização de recursos para prestação desse atendimento sozinho não é o bastante, uma vez que a conscientização humana e o primeiro passo para garantir a inclusão, não só nos espaços preestabelecidos, mas em todos os ambientes.

Ademais, se referindo ao AEE devemos compreender que ele é um tipo de serviço que deve ser ofertado a fim de completar ou suplementar o desenvolvimento desses alunos, oferecendo aos estudantes que participam dessa modalidade de ensino a possibilidade da diminuição das barreiras de aprendizagem, ao serem inseridos nas instituições regulares, fazendo com que a alteridade não cause entranhamentos, ainda segundo Matoan “a diversidade no meio social e, especialmente no ambiente escolar, é fator determinante do enriquecimento das trocas, dos intercâmbios intelectuais, sociais que possam ocorrer entre os sujeitos que neles interagem” (2001, p.1).

Ademais, também é notável a importância das políticas Inclusivas dentro dos espaços de Atendimento Educacional Especializado (AEE), haja vista que ela vai promover que todos os alunos tenham acesso de forma igualitária, bem como tenham as mesmas oportunidades com base na valorização das diferenças humanas, contemplando, pois, as diversidades sejam elas étnicas, sociais, culturais, intelectuais ou físicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscando fazer um recorte dos dados obtidos, destacamos que tivemos resposta de duas professoras do AEE, sendo a terceira justificada visto a opção da família por não participar do atendimento. Ambas atuam com crianças da pré-escola, um total de 8 crianças são atendidas nesses espaços com diagnósticos de: autismo e transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH).

Ainda em tempo salientamos os desafios enfrentados por todas as professoras de Educação Infantil no processo de ensino remoto, visto que esse novo formato de ensino exige uma participação ainda mais efetiva da família, que nem sempre tem meios suficientes para atuar. Assim, questionamos as professoras do Atendimento Educacional Especializado “Como tem sido a sua atuação como AEE na pandemia?” e elas responderam: (1) “Por vídeo chamada e atividades em grupo no whatsapp”(sic); (2) “Tranquila, uns presenciais com os cuidados necessários e outros de forma remota”. É importante vermos a possibilidade de o atendimento acontecer presencialmente na instituição, possibilitando, assim, a organização de estímulos e atividades que proporcionem um desenvolvimento integral.

E também, como vemos na resposta da primeira professora, a democratização do contato via aplicativo usual das famílias viabilizando esse contato entre ela e a criança. Garantindo assim o que está posto na LBI quando aponta:

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. (BRASIL, 2015)

Então, também perguntamos quais os recursos utilizados uma delas responde: “Jogos letras e palavras, areia cinética, bola pilates, cordas, peso, bambolê, bichinhos de estimulação sensorial, celular, computador, entre outros”, é importante salientar que a variedade de recursos utilizados nos faz inferir que existe uma adoção de medidas mais individualizadas, como dispõe o inciso V no capítulo de Educação da LBI (2015). Logo, é visível uma tentativa de incluir essas crianças, inclusão de uma forma genuína como aponta Mantona, onde define as escolas inclusivas:

Tais escolas são capazes de ensinar a turma toda. A possibilidade de ensinar todos os alunos, sem discriminação nem práticas de ensino diferenciadas para alguns, deriva, pois, de uma reestruturação do projeto político-pedagógico como um todo e das reformulações que esse projeto exige da escola para que esta se ajuste a novos parâmetros de ação educativa. (MANTOAN, 2015, p. 67)

Ainda assim, ao serem questionadas sobre as dificuldades de recursos no atendimento é importante visualizar que esses não são problemas, mas outras barreiras são enfrentadas, como aponta a professora 1: “A dificuldade é a família ter disponibilidade para ajudar as crianças e o virtual não ajuda. Não funciona com todas as crianças”. Essa fala, representando essa limitação aparece em outros momentos quando as mesmas apontam que a “dificuldade são aquelas crianças que não podem comparecer ao atendimento presencial, pois a modalidade remota não alcança as necessidades destas crianças”.

Ademais, é um grande desafio enfrentado tanto para os profissionais que atuam no AEE, bem como para os pais e alunos, pois, essa nova modalidade do ensino a qual foi adquirida devido ao período pandêmico a qual estamos vivenciando, nos remete ao um novo cenário que trouxe consigo realidades distintas e desafios que vamos nos adaptando aos poucos, no entanto, nem sempre as famílias juntamente com seus filhos que necessitam desses atendimento especializado consegue se adaptar, pois há falta de recursos tecnológicos ou financeiros para que os mesmo possam ter esse

acompanhamento, visto que antes se dava de maneira presencia e agora virtualmente, por meio de aplicativos ou sites de ensino que são usados como meios educacionais, tais como: o *WhatsApp*, *Zoom* ou pelo *Google Meet*, dentre outros que também estão sendo ofertados para trabalhar durante esse período pandêmico.

Sendo assim, nem sempre os pais têm acesso a Internet ou aparelhos tecnológicos para fazer o acompanhamento por meio das ferramentas ofertadas, fazendo assim com que a inclusão não ocorra de fato, pois, conforme Carvalho:

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem sucedida na escola (CARVALHO, 2005, p.72).

Nesse sentido salientamos a importância que o AEE tem, pois o mesmo buscar atender pedagogicamente os alunos com deficiência potencializando seu desenvolvimento, recepcionando-os individualmente ou em pequenos grupos, em sala de aula, dando apoio complementar aos professores e pais que lidam diretamente com as dificuldades de seus filhos sejam eles com cegueira, baixa visão, transtorno globais do desenvolvimento, surdez, deficiência intelectual e altas habilidades e superdotação matriculados na rede de ensino. Ainda que hajam desafios a serem percorridos e enfrentados, podemos ver que mesmo diante a essas barreiras o atendimento especial vem progredindo conseguindo se consolidar em tempos de pandemia.

Segundo Mantoan: “são as escolas que tem de mudar e não os alunos, para que estes tenham assegurado o direito de aprender, de estudar nelas”. (MANTOAN, 2015, p.26), ou seja, a escola precisa se adaptar para respeitar e acolher às necessidades de todos os alunos. Além de que para promover a educação inclusiva não devemos esperar que a pessoa com deficiência se adapte à escola, mas que esta se transforme para que possa possibilitar a inserção daquela criança na mesma

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, concluímos que apesar das adversidades causadas pela a pandemia, existe um trabalho prestado, que vem se ajustando as novas necessidades para garantir o atendimento do AEE no município de Garanhuns, assegurando a educação inclusiva

mesmo de fora na instituição escolar, abrangendo assim outros espaços e tornando a aprendizagem democrática, cumprindo assim, o que está expresso na LBI, no capítulo II, da igualdade e não discriminação, em seu artigo 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidade com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

REFERÊNCIAS

Brasil. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasil, 2015.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

Mantoan, M. T. E. **Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** 1. Reimpressão – São Paulo: Summus, 2015 96p.

Mantoan, M.T.E – **Integração x Inclusão: Escola (de qualidade) para todos-** Base de dados da UNICAMP: 2001 a <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.9.htm> Acesso em: 14 de julho de 2021 às 16: 30.

Richardson, R. J. - **Pesquisa social: métodos e técnicas** - 3. ed. - 9. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2008. 334p.